

ADUNIOESTE**SINDICATO DE DOCENTES DA UNIOESTE**
(Seção Sindical do Andes – Sindicato Nacional)**GOVERNO BETO RICHIA PROPÕE CONGELAMENTO DAS DESPESAS DO ESTADO: PREJUÍZO PARA A POPULAÇÃO E SERVIDORES PÚBLICOS**

Na última segunda-feira (09 de outubro), foi aprovado pela Assembleia Legislativa o Projeto de Lei 556/2017 enviado pelo governo Beto Richa, que determina um teto para as despesas primárias (incluindo as despesas com pessoal) no Estado do Paraná. O artigo 2º do PL nº 556/2017, aprovado, determina:

Para celebração dos termos aditivos [referentes à renegociação da dívida do Paraná junto ao governo federal] **o Estado do Paraná compromete-se a estabelecer limitação, aplicável nos dois exercícios subsequentes à celebração dos aditamentos [2018 e 2019], do crescimento anual das despesas primárias correntes [...] à variação da inflação**, aferida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ou por outro que venha a substituí-lo.

Com a vigência da nova lei (PL 556/2017), o crescimento das despesas públicas do Estado em 2018 e 2019 não poderá ultrapassar a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano de 2018 prevê uma redução de aproximadamente R\$ 3,6 bilhões em relação à LDO/2017. O corte atinge todas as áreas, incluindo saúde e educação. **A consequência prática da aprovação deste PL será a redução dos investimentos no Estado do Paraná em educação, saúde, ciência e tecnologia, por exemplo, com graves prejuízos para a população paranaense.**

Tudo indica que a situação do custeio das universidades tende a se agravar, ainda mais, em 2018. As despesas com a folha de pagamento devem ser arrochadas, pois o limitador do crescimento das chamadas despesas primárias correntes terá como principal alvo as despesas com pessoal. Isto quer dizer que, pelo menos até o final da atual gestão (dezembro de 2018), o funcionalismo terá sérias dificuldades para negociar com o governo reajustes salariais ou revisões na carreira.

Por todas estas razões, entendemos que será fundamental a organização de um forte movimento dos servidores das IEES para exigir o pagamento da data-base de 2017 e o reajuste de 8,52% (não implantado, em janeiro e maio deste ano). Além de pagar o que nos deve, o governo Beto Richa deve respeitar a lei e garantir o pagamento da revisão anual de salários em maio de 2018.

Em vista deste evidente ataque à categoria, a **Diretoria da Adunioeste convocará, na próxima semana, Assembléia Geral dos docentes da Unioeste para repassar informes sobre o PL 556/2017, sobre o Tide Docente e o Meta 4.** O objetivo da assembléia será **discutir e deliberar a respeito de um calendário de mobilizações com vistas a enfrentar os ataques do governo Beto Richa.** Tais ataques deverão se intensificar ainda mais em 2018. **É preciso construir ampla mobilização e se necessário paralisações e até mesmo greve para preservar nossos direitos.**

NENHUM DIREITO A MENOS!